

Ensino da LIBRAS como instrumento de inclusão educacional nos cursos de licenciatura: desafios, realidades e necessidades

Michelle Andrea Murta*
Thais Alessandra Silva Felomeno**
Thais Mechler Fernandes***

Resumo

A oficialização da LIBRAS como uma língua é relativamente recente, bem como a adoção desta como disciplina obrigatória na formação de professores. Essa inclusão em ambiente acadêmico deu-se a partir da necessidade de se preparar profissionais capazes de ensinar os alunos surdos em escolas da rede pública e particular. No entanto essa formação de futuros docentes não é tão efetiva como deveria. Há obstáculos que devem ser ultrapassados por meio de iniciativa das instituições acadêmicas e dos discentes das mesmas.

A escassez de material, pequena carga horária, que por sua vez não é padronizada são alguns dos desafios a serem enfrentados para a efetiva inclusão educacional dos alunos surdos.

Palavras-chave: LIBRAS. Formação docente. Educação. Educação inclusiva.

O surdo é aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social. A língua de sinais permite ao ser surdo expressar seus sentimentos e visões sobre o mundo, sobre significados, de forma mais completa e acessível. (CAMPOS in LACERDA; SANTOS, 2013 p.48)

A linguagem dos surdos e sua trajetória

Na antiguidade (4000 a.C.-478 d.C.), segundo Moura, Lodi e Harrison (2005), relatam que os surdos não eram considerados seres humanos competentes, pois nesta época o pressuposto era de que o pensamento não podia se desenvolver sem linguagem e que esta não se desenvolvia sem a fala. Sendo assim, quem não e não falava, conseqüentemente, não ouvia pensava. O surdo não podia receber ensinamento ou aprender e não tinha direitos legais. Por um longo período essa situação se manteve.

* Mestranda em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC-Minas. E-mail: mikaand@yahoo.com.br

** Graduanda em Pedagogia pela PUC-Minas. E-mail: thaisaleka@hotmail.com

*** Graduanda em Pedagogia pela PUC-Minas E-mail: thaismechler@yahoo.com.br

Ao final do século XV o italiano Giralamo Cardamo começou a utilizar sinais e linguagem escrita para ensinar os surdos, contudo ainda havia a exclusão dessas pessoas. A pedido de nobres que tinham filhos surdos o monge Benedito espanhol Ponce de León dedicou-se a ensiná-los a ler, escrever, falar e as doutrinas da fé. A fala para os surdos, principalmente nesse período era de suma importância, pois significava seu reconhecimento como cidadão e a possibilidade de herdar os bens da família. O poder e o interesse da nobreza em que seus descendentes pudessem ter acesso aos direitos de herança foi um fator importante no reconhecimento do *surdo* como apto à educação escolar e impulsionou o “oralismo” como proposta educacional para os *surdo* (metodologia que existe até os dias de hoje).

Nos séculos seguintes outros professores se dedicaram a educação dos surdos, alguns por considerarem a necessidade da fala para serem humanizados: Ovide Decroly (Bélgica), Alexandre Gran Bell (EUA e Canadá), Samuel Heinicke (Alemanha), Abbé Charles Michael de l’Eppé (França), Juan Pablo Bonet (Espanha). Havia uma diversidade de métodos de ensino e cada professor utilizava o que considerava mais adequado. Em 1880 em Milão na Itália realizou-se o Primeiro Congresso Mundial de Professores de Surdos onde discutiu-se qual método de ensino deveria ser utilizado por todos; o Método Puro Oral (da língua falada), Método de Sinais ou Método Combinado (que unia a língua falada e os sinais). O Método Puro Oral foi o eleito para ser utilizado por todos os professores para ensinar os discentes.

Anteriormente ao Congresso o professor Harnest Huet veio ao Brasil, a pedido de D. Pedro II para fundar a primeira escola de meninos surdos no país, o Imperial Instituto de Surdos Mudos que atualmente é o Instituto Nacional de Educação de Surdos mantido pelo governo federal e que atende crianças, jovens e adultos de ambos os sexos. A partir da criação do Instituto Imperial os surdos do Brasil passaram a contar com uma escola dedicada a eles e houve a possibilidade de se criar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) inspirada na língua de sinais francesa. No século XX o número de escolas para surdos aumentou consideravelmente no Brasil.

O Método Puro Oral estabelecido pelo Congresso de Milão era um obstáculo para a difusão da educação entre os surdos, isso por demandar muito tempo de adaptação da fala o que concorria com as matérias formais.

Até esse momento a educação dos surdos estava restrita a escolas especializadas ou a uma educação clínica, não havia integração entre estudantes surdos e ouvintes. Nas décadas de 1960 e 1970 instaurou-se a Educação Integradora, segundo a qual os estudantes deficientes tinham o direito de serem incluídos com os demais alunos. Foi a partir da Declaração de Salamanca, na década de 1990, que se iniciou a proposta de Educação Inclusiva com o objetivo de que todos pudessem ser educados no mesmo espaço.

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. (Declaração de Salamanca, 1994)

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantiu a todas as pessoas surdas o direito de cursar todas as fases do ensino básico em instituições de ensino públicas e privadas através da Lei 9.394/1996.

No Brasil, a utilização da língua de sinais e do português, oral ou escrito entre os surdos cresceu desde a década de 90, por meio de diversas lutas e reivindicações da comunidade surda, nos diversos setores da sociedade. Nesta mesma época, houve um movimento de criação de escolas especiais, classes especiais para surdos, bem como salas mistas de surdos e ouvintes com a presença do intérprete de Libras. Essa mudança aconteceu em virtude de novas visões sociais, linguísticas e pedagógicas com relação à surdez e aos surdos e também respaldada pelo surgimento da lei específica para a LIBRAS, educação dos surdos e intérpretes.

A fim de solucionar o problema do método de ensino e tornar a educação de surdos difundida nas escolas, pesquisadores, educadores, acadêmicos e os próprios surdos formaram um movimento com o intuito de apontar outros caminhos para a difusão da escolarização. A batalha para regulamentar e legalizar a LIBRAS somente se concretizou em 2002, no mesmo ano estabeleceu-se também a inclusão do ensino de LIBRAS nas licenciaturas como componente curricular prevista no Decreto 5.626 que regulamentou a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

CAPÍTULO II DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

São perceptíveis os avanços legais que a educação dos surdos obteve nas últimas décadas, apesar de ser uma batalha relativamente recente e ainda carecer de algumas adaptações, como material educativo para os surdos, a prática da LIBRAS como primeira língua desde o primeiro contato com a escola e a adaptação do professor à nova realidade, pois quando se possui um aluno surdo é função do professor integrá-lo a sociedade e promover sua inclusão.

A LIBRAS e sua inserção na formação docente

O texto Decreto que exige a inserção da LIBRAS como disciplina obrigatória dos cursos de licenciatura não especifica a carga horária que deve ser lecionada, tão pouco o conteúdo a ser ensinado, dessa maneira as instituições têm autonomia para tomar essas decisões. Em detrimento a essa liberdade de escolha a decisão da maioria das instituições de ensino superior é se ater a uma carga horária mínima, na maioria das vezes de dois créditos internos e dois créditos externos (34 horas semestrais em sala de aula, e 34 horas de atividades extraclasse), apelando assim para uma carga horária extra. Contudo essas horas extraclasse não são remuneradas aos professores regentes da disciplina, que por sua vez não se veem obrigados a exigir que estas sejam cumpridas adequadamente e algumas vezes solicitam apenas um relatório simples dos discentes.

Mas, o que de fato prepara o professor para uma educação inclusiva? Aprender LIBRAS é importante para a formação do futuro docente, mas para além dessa aprendizagem existe a necessidade de uma didática para o ensino do aluno surdo. Como se deve trabalhar com esses alunos, ou mesmo adaptar as aulas para melhor atender essa necessidade? E como se deve a integração do aluno ouvinte com o surdo? Qual a cultura surda e como trabalhar sem feri-la? Como contribuir para uma educação de fato inclusiva? Será um livro ou material didático suficiente para apoiar a prática docente?

“Apesar de não ser esperado o domínio da língua de sinais pelo professor regente, tarefa esta que seria reservada a um interprete, não se pode negar que um aprofundamento em LIBRAS é de grande proveito para que o professor possa auxiliar o aluno surdo na compreensão dos conteúdos. Contudo, não basta apenas dominar a língua se não existir uma metodologia adequada para

apoiar o que está explanado, o que incide na necessidade de formação de futuros professores que saibam elaborar boas aulas – visualmente claras e que facilitem a atuação do interprete e a compreensão do aluno surdo.” (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2013, p.191)

Dar subsidio a atuação do futuro professor para uma prática mais eficaz consiste em prepará-lo durante sua formação e disponibilizar recursos para estratégias de ensino.

No que se refere a formação docente há de se ponderar a necessidade de uma aprendizagem mais teórica, em que seja considerada como se dá a aprendizagem para o surdo, suas peculiaridades, haja vista que suas necessidades são específicas, para tanto uma carga horária mínima não garante a formação efetiva do licenciado. O ideal seria que o ensino de LIBRAS fosse categorizado em dois ou mais períodos; um em que se pudesse aprender a prática, e outro em que se pudesse aprender a didática do trabalho com o aluno surdo e seu desenvolvimento, bem como orientações para produção de materiais voltados para esse público, a exemplo do que ocorre no campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos –UFSCar para o curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.

Na universidade em questão a disciplina de LIBRAS foi categorizada em três fases. A primeira presa por conteúdos como o que é a surdez, as leis que regem a educação inclusiva, a história a educação inclusiva dos surdos ao longo dos anos; esta é ministrada oralmente por professores ouvinte. A segunda fase é destinada ao ensino básico da LIBRAS, ministrada por professores surdos. Há o ensino de sinais e elaboração de frases simples em língua de sinais. A terceira fase se atém a construção de um trabalho final em que os licenciandos em Ciências Biológicas formulam uma aula de conteúdo específicos para alunos surdos de séries que variam do Ensino Fundamental II às séries do Ensino Médio. Esse desenvolvimento em três etapas de formação proporciona aos discentes mais condições de trabalho com alunos surdos nas salas de aula.

Estratégias como a correlação entre o que é visto em sala de aula e o cotidiano do aluno são um auxílio na atuação do professor, bem como a utilização de filmes, literatura, manchetes, textos midiáticos que são maneiras de dar significado a aprendizagem. Se isso é significativo no ensino de alunos ouvintes quiçá no ensino de alunos surdos, isso porque nem sempre eles têm acesso a conteúdos completos da mídia (muitas vezes displicente com as necessidades do não ouvinte), oportunidade de participar de debates e algumas vezes têm dificuldades no que se refere à textos mais

complexos – haja vista que a aquisição da língua portuguesa com segunda língua não significa facilidade no que se refere ao letramento. Segundo as autoras do capítulo Estratégias Metodológicas para o Ensino de Alunos surdos, presente no livro, Tenho um aluno surdo, e agora? “Ser professor de alunos surdos significa considerar suas singularidades de apreensão e construção de sentidos quando comparados a alunos ouvintes.” (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2013, p.184). Essas colocações precisam estar presentes na formação do futuro docente.

A elaboração de materiais que possam ser plenamente aproveitados por alunos surdos e ouvintes também é uma preocupação que deve estar presente na formação de professores, isso porque os materiais existentes não são suficientes para o trabalho. A escassez de material vai do que se refere a aquisição de linguagem (geralmente na infância) à formação superior do surdo, e se estende ao futuro docente que se interessa em aprender sobre esse segmento de ensino uma vez que não há uma literatura ampla sobre como trabalhar com alunos surdos. Tendo em vista que a obrigatoriedade do ensino de LIBRAS nas Universidades é relativamente recente há muitas oportunidades de pesquisa para a produção de material, o que deveria ser uma preocupação dos licenciandos.

Atuação efetiva do professor que possui alunos surdos

O processo de inclusão dos alunos surdos nas escolas de ensino básico da rede pública e particular perpassa pela necessidade de igualdade das possibilidades de aprendizado, para tanto uma das exigências é que haja intérpretes de LIBRAS nas salas com esses alunos, pois não há professores fluentes em língua de sinais para atender à demanda, o trabalho do intérprete é de intermediador, interpretar de uma língua para outra. Atualmente são confundidos como professores, mas de fato não são professores. A lei do interprete garante a escolaridade mínima do segundo grau. Contudo as escolas ainda são organizadas de maneira que atendam às necessidades dos alunos ouvintes, obrigando os alunos surdos a optarem e priorizarem atividades extracurriculares para aquisição de pontuação para a aprovação na escola. (LORENZETTI apud CAETANO; LACERDA, 2013, p.219).

Com a perspectiva da atuação do intérprete de LIBRAS há que se considerar a parceria entre este e o professor. A razão desse trabalho em conjunto se dá pelo fato de o intérprete ter maior conhecimento acerca do universo do sujeito surdo, sendo assim é

desejável que o intérprete tenha acesso ao conteúdo programático antes para que ele possa ter uma tradução melhor, sem que os papéis se confundam para que não haja conflitos. Essa união de forças para o trabalho com alunos surdos é benéfica para todos: o professor possui o apoio de alguém que possui conhecimento específico acerca da situação, podendo ser um instrutor de LIBRAS que seja surdo; o intérprete não se sente sobrecarregado ou responsável pela educação do aluno, que por sua vez tem a oportunidade de aprender com mais eficácia.

A situação colocada acima seria ideal caso houvesse intérpretes suficientes para atender à demanda, isso por esta ser uma formação relativamente recente; mas de maneira alguma isenta o professor da necessidade de se preparar durante e após sua formação porque o ensino de alunos surdos em uma sala heterogênea não se resume a “tradução” do que o professor diz para a língua de sinais. É preciso que o professor tenha consciência que o aluno é sua responsabilidade, não do intérprete.

Aulas preparadas de maneira mais visual e interativa facilitam o aprendizado dos alunos não ouvintes

Além disso, o trabalho do intérprete de LIBRAS será muito mais efetivo quando a informação visual for acessível, pois com e sobre ela o aluno surdo poderá construir conceitos e colocá-los em tensão em relação àquilo que é apresentado pelo professor, dando oportunidades para uma aprendizagem mais reflexiva e efetiva. (LACERDA, SANTOS, CAETANO;2013, p.188)

Mesmo com a interação destes profissionais é preciso que a formação do docente permita que ele tenha conhecimento para elaborar as aulas com a didática apropriada para a especificidade de alunos surdos.

Considerações finais

A inclusão de alunos surdos nas instituições de ensino da rede pública e privada é uma realidade, relativamente recente, que merece total dedicação dos futuros docentes. Para tanto é preciso que estes sejam preparados para o trabalho com alunos não ouvintes, diminuindo, assim, a desigualdade e efetivando a educação inclusiva.

A produção de materiais didáticos para esse trabalho ainda é restrita, o que o deve ser visto pelos licenciandos como uma oportunidade de produção e não como um obstáculo de atuação.

O obstáculo de comunicação entre ouvintes e surdos em sala de aula pode ser reduzido com a atuação de um intérprete, mas este não pode assumir o papel de educar o aluno surdo. A função do professor como educador e construtor de conhecimentos deve se manter e efetivar, para tanto é preciso que haja preparo para as diversidades da inclusão dentro da sala de aula.

A igualdade de acessibilidade acontecerá apenas quando houver o preparo do corpo docente e da escola para receber de maneira digna e adequada os alunos surdos.

Abstract

The acknowledgement of the official status of the Brazilian Sign Language (LIBRAS) is relatively recent, as well as the determination of its compulsory inclusion in the formative curricula of teachers. Such an innovation in the academic context followed the need of improving the professional competencies in terms of adequate teaching deaf students, both in private and in public schools in Brazil. However, the proper formation of future teachers is not as effective as it should be: several barriers still must be overcome by means of the initiative of academic institutions and their students.

The lack of supporting materials, and the reduced and non-standardized timetables are some of the many challenges to be faced in order to reach the effective educational inclusion of deaf students.

Keywords: LIBRAS. Teacher training . Education . Inclusive education .

Referências

_____. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 e abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 15 de out. de 2014

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 14 de out. de 2014

ALBRES, Neiva de Aquino. **A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores.** Campo Grande: Arara Azul, 2005. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/cadernoacademico/007_teseneiva.pdf> Acesso em 13 de ago. de 2014

BRASIL. **Declaração de Salamanca.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 15 de out. de 2014

CAETANO, Juliana Fonseca; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Libras no currículo de cursos de licenciatura: Estudando o caso das Ciências Biológicas. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFCSCar, 2013. Cap.13, p. 219-236.

CAETANO, Juliana Fonseca; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFCSCar, 2013. Cap. 11, p.185-200.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFCSCar, 2013. Cap. 3, p. 37-61.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro; SANTOS, Lara Ferreira dos. Ensino de LIBRAS para futuros professores da educação básica. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFCSCar, 2013. Cap. 14, p. 237-250.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002. 172 p.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Projeto político pedagógico do colégio de aplicação.** Brasil: 2011. Disponível em <http://portalines.ines.gov.br/ines_portal_novo/wp-content/uploads/2014/05/PPP-INES-2011.pdf> Acesso em 13 de ago. de 2014

LODI, Ana Cláudia Baleiro. Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos: Impacto na educação básica. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFCSCar, 2013. Cap. 10, p 165-183.

SILVA, Silvana Araújo. **Conhecendo um pouco da história dos surdos.** Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/texto_libras.pdf> Acesso em: 13 de ago. de 2014.